

# **Diálogos entre marxismo e a área acadêmica de Relações Internacionais no Brasil.**

## **Entrevista com Luis Manuel Rebelo Fernandes<sup>1</sup>.**

Mariana Davi Ferreira<sup>2</sup>  
Rafael Alexandre Mello<sup>3</sup>

**Rafael Alexandre Mello:** Estamos organizando um dossiê sobre Marxismo e a produção de conhecimento em Relações Internacionais no Brasil na atual edição da revista *Cadernos Cemarx*. Hoje entrevistamos o professor Luis Fernandes, vinculado aos cursos de Relações Internacionais da PUC-Rio e da UFRJ e atual coordenador da área de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES. O objetivo desta entrevista é explorar os diálogos e os distanciamentos da produção de conhecimento em Relações Internacionais e o marxismo, no sentido histórico, considerando a área acadêmica e de pesquisa no país, buscando realizar uma avaliação do atual contexto. Buscaremos explorar o lugar do marxismo nas atuais pesquisas da área, na pós-graduação e nos cursos de graduação do Brasil. Temos uma série de perguntas, mas a entrevista será semiestruturada para termos liberdade de dialogar sobre as questões.

Eu sou o Rafael Alexandre Mello, e comigo aqui está a Mariana Davi Ferreira. Juntos conduziremos esta entrevista. A primeira pergunta que temos é: no processo de institucionalização das Relações Internacionais como área acadêmica no Brasil, o marxismo estava representado nas pesquisas, nos cursos e ementas construídos? Havia espaço para o marxismo nas Relações Internacionais no Brasil?

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio e da UFRJ.

<sup>2</sup> Estudante de Doutorado em Ciência Política pela Unicamp. Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo nº 2019/01515-0.

<sup>3</sup> Professor de Ciência Política na *Le Moyne College*. Doutorando em Relações Internacionais pela UnB. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## **Professor Luis Fernandes:**

Primeiro, começarei com uma discussão conceitual, porque acho que é importante diferenciar o pensamento marxista sobre relações internacionais do Brasil do pensamento marxista dentro da disciplina de Relações Internacionais no Brasil. Aliás, no Brasil e no mundo, isso não cabe só ao Brasil. O pensamento marxista brasileiro tem uma longa tradição de pensamento, de reflexão sobre temas internacionais e sobre a problemática da inserção do Brasil no sistema internacional, problematizando diferentes dimensões das relações internacionais. Isso vem desde o início do século passado, com as primeiras tentativas inspiradas na teoria marxista para tentar compreender a formação econômica e social brasileira, como ela se gestou e como ela se insere na economia mundial e no sistema internacional. Desde Octávio Brandão<sup>4</sup>, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, tem toda uma tradição. Podemos pensar também nas reflexões do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), nos anos 1950 e 1960, até o golpe de 1964. Havia uma participação e influência de pensadores marxistas importantes dentro do ISEB. Então, já há uma longa tradição de reflexão sobre o “internacional” no Brasil, a partir de uma referência marxista.

No entanto, a trajetória da disciplina de Relações Internacionais é distinta no mundo e no Brasil. No mundo, como nós sabemos, a disciplina de Relações Internacionais é uma criação do século XX, originada, sobretudo, no mundo acadêmico anglo-saxão para lidar com o trauma epistemológico do advento da Primeira e depois da Segunda Guerras Mundiais. Essas são as maiores guerras da história da humanidade, que deslegitimaram uma proposição predominante no pensamento ocidental no século XIX, que era a proposição da paz democrática ancorada na interdependência do mercado mundial. A ideia de que integrando economicamente, formando o mercado

---

<sup>4</sup> O professor citou a relevância da obra *Agrarismo e Industrialismo* de Octávio Brandão, cuja primeira edição foi publicada em 1926. O livro é pioneiro na reflexão dos comunistas sobre a sociedade brasileira.

mundial, haveria uma tendência pela interdependência gerada no mercado mundial a um mundo mais pacífico. E isso não se confirmou. Pelo contrário, engendrou, no século XX, as duas maiores guerras da história da humanidade.

A disciplina surgiu, sobretudo, no mundo anglo-saxão para lidar com isso. Inicialmente com uma proposição mais normativa, ainda liberal, e depois dando vazão a uma crítica realista das proposições liberais para entender o sistema internacional. A origem da disciplina se situa ali. E ela se situa, para além desse contexto histórico mais amplo, no mundo acadêmico anglo-saxão, no contexto de uma tendência à especialização de campos segmentados do conhecimento. A divisão de dimensões da realidade social para gerar disciplinas científicas fechadas para dar conta dessas dimensões. Então, desse ponto de vista, a criação da disciplina de Relações Internacionais também é herdeira, no início do século XX, desse processo de segmentação de campos especializados de conhecimento.

Há duas vertentes principais para a disciplina. Uma vertente que vem do Direito - dos estudos do Direito Internacional - mas se sobrepõe depois, sobretudo nos Estados Unidos, à vertente da Ciência Política norte-americana propriamente dita. Dessa segunda advém o estudo das Relações Internacionais como desdobramento do estudo científico da política, enquanto uma dimensão autônoma, que deveria ser estudada na sua autonomia, de forma isolada. Então, desse ponto de vista, a tradição do pensamento marxista que herdou o conceito de totalidade da filosofia hegeliana é difícil de se encaixar nessa segmentação disciplinar. Então, o pensamento marxista sempre foi, por assim dizer, um *outsider* em relação à estruturação da disciplina.

Embora, destaquemos, um autor muito importante nessa estruturação, o historiador E. H. Carr, dialoga muito direta e proficuamente com o pensamento marxista ao longo da sua obra, com destaque para a obra clássica *A Crise dos 20 Anos*. Essa obra constitui um marco da introdução da abordagem realista na disciplina de Relações Internacionais.

Mas esse diálogo foi sendo perdido na medida em que se consolidou uma disciplina fechada em si, e com pouco diálogo com outros campos do conhecimento social e com outras vertentes teóricas de pensamento. Tanto que é difícil situar o pensamento marxista nos grandes debates da disciplina.

Vejamos, o primeiro debate que contrapõe utopismo ao realismo. O pensamento marxista é simultaneamente utópico no sentido de ser crítico da sociedade existente, de propor uma sociedade alternativa, quanto é realista no sentido de entender e valorizar, no estudo da história, a centralidade da violência na história, portanto, do exercício do poder, das relações de poder, como uma dimensão absolutamente central.

Também pensemos o debate que contrapõe uma visão científica às narrativas filosóficas, ou reflexões filosóficas sobre o sistema internacional. A teoria marxista se propõe a ser científica, embora não necessariamente nos mesmos padrões de validação do conhecimento ou métodos de pesquisa científica, que predomina no chamado positivismo, mas ela tem uma proposição de identificar leis de desenvolvimento da sociedade e se situar no âmbito da compreensão da dinâmica da sociedade moderna e das suas contradições. O marxismo também é um pensamento firmemente enraizado no pensamento filosófico, sobretudo herdeira da filosofia clássica alemã. Então, o pensamento marxista também está situado nesses dois terrenos.

Além disso, a visão que contrapõe a visão sistêmica internacional à decomposição de variadas realidades políticas nacionais, o marxismo também propõe uma chave para combinar essas dimensões na produção de uma análise do mundo, das formações econômicas sociais nacionais e da evolução do próprio sistema internacional.

Então, o marxismo nunca se situou muito bem nessa seara. Ele entra tardiamente nos cânones da disciplina, sobretudo através da constituição da subárea de Economia Política Internacional (EPI). A construção dessa subárea de EPI na disciplina de Relações Internacionais, inclusive no mundo acadêmico anglo-saxão, foi

fortemente influenciada pelos debates latino-americanos sobre desenvolvimento e dependência dos anos 1950 aos anos 1980. Foi uma reflexão muito rica e variada, crítica da liberalização como caminho para promoção do desenvolvimento e do bem-estar, a partir de uma série de reflexões sobre os desafios da industrialização, troca desigual, dominação financeira, etc.

Esses debates ajudaram a iluminar as reflexões que levaram à constituição da subárea da EPI dentro da disciplina. Esse foi o canal de entrada formal do pensamento marxista e ele entrou na disciplina no âmbito de uma visão crítica das políticas de desenvolvimento. Através do Cox, de um lado, a partir da chamada Escola Gramsciana de Relações Internacionais, mas também a partir de herdeiros das teorias da dependência latino-americana, sobretudo no seu desdobramento nas Teorias do Sistema-Mundo de Wallerstein.

É como se o marxismo que passou a ser reconhecido entra por essa “brecha”, digamos assim, mas ele acaba sendo confinado a uma relevância limitada, como herdeiro desse debate sobre dependência e desenvolvimento, e não muito mais do que isso. Então, é uma relação muito tensa entre a tradição do pensamento teórico marxista e a evolução da disciplina. Mas, na medida em que a disciplina foi se tornando cada vez mais pluriparadigmática, e o predomínio exclusivo do realismo foi sendo questionado e desmontado, foi se abrindo caminho para variadas interpretações inspiradas pelo pensamento marxista em várias áreas da disciplina. Então, isso é um panorama geral.

No caso nosso, aqui no Brasil, a introdução da disciplina de Relações Internacionais é ainda mais recente. A rigor, os primeiros dois programas de pós-graduação da área são consolidados nos anos 1990. Então, estamos falando de uma disciplina que iniciou como uma vertente dentro da área de Ciência Política no Brasil também, e que depois foi se consolidando com a expansão do número de cursos de graduação e, sobretudo, do número de cursos de pós-graduação. Na passagem do século XX para o século XXI, havia dois cursos de

pós e hoje já se aproxima de duas dezenas de programas de Relações Internacionais ou de Estudos Estratégicos em Relações Internacionais. De maneira mais ampla, esses programas já são praticamente um terço dos programas de pós-graduação da área de Ciência Política e Relações Internacionais, Defesa e Políticas Públicas, o que é um marco de consolidação da área de Relações Internacionais como disciplina no Brasil.

Então, trata-se de uma evolução recente, em que o pensamento marxista tem estado presente. Eu diria, cada vez mais presente. Há um canal natural de entrada, que é esse que já foi o canal de entrada na disciplina no mundo como um todo, mas que aqui tem uma importância específica pela relevância dos debates latino-americanos sobre desenvolvimento e dependência. Isso acaba sendo recuperado agora na estruturação de uma área de Economia Política Internacional, dentro da disciplina, e aqui com uma particularidade, porque em profunda interação com uma tradição de pensamento sobre Economia Política na Economia.

No Brasil, isso nunca foi perdido, diferentemente do mundo anglo-saxão, em que isso foi praticamente expurgado do mundo acadêmico. Ali se tornou um pensamento quase único, neoclássico, dominante, com algumas pitadas de heterodoxia, mas não muito mais do que isso. No ensino da Economia nos países anglo-saxões, a Economia Política foi deslocada por completo. Aqui, [no Brasil,] ela manteve-se como uma escola relevante. E, portanto, há um debate muito profícuo e rico entre essa área de EPI, constituída na disciplina, e essa tradição de Economia Política do pensamento econômico e da pesquisa econômica no Brasil. Essas são escolas muito consolidadas e com bastante influência.

Também há o fato de que, diferentemente dos países anglo-saxões, em que o pensamento marxista do ponto de vista político é marginal, a esquerda, de maneira geral, ou a esquerda de orientação marxista não tem muita relevância política. Na América Latina, e no caso do Brasil, a esquerda é muito atuante, tem muito peso político e

participação política. Então, isso resulta em muito mais repercussão e muito mais impacto sobre as reflexões desenvolvidas pelos autores marxistas brasileiros, porque eles têm condições de influenciar efetivamente a formulação de políticas públicas e o desenho de política de desenvolvimento. Então, aqui há uma forte interação entre a reflexão teórica e ação política e a influência sobre política pública. Ou seja, não é um pensamento marxista escolástico, fechado em si, que foi um pouco, digamos assim, o refúgio assumido, adotado, ou possível, uma espécie de marxismo acadêmico muito fechado e autorreferido em torno de si que aconteceu nos países anglo-saxões.

Então, aqui no Brasil, há todo um potencial que se abre. Mas as contribuições do pensamento marxista para a disciplina são enormes, gigantescas, em diversos campos, não só restritos ao campo da Economia Política Internacional. Eu diria até que ele fornece a chave para a compreensão da formação histórica do sistema internacional moderno. Eu não conheço outra chave de explicação histórica para a formação do sistema internacional moderno mais consistente, profunda e abrangente do que é fornecido pelas próprias reflexões originárias de Marx sobre como o desenvolvimento do capitalismo gerou centralização política, e a partir da centralização política, estruturação do sistema internacional moderno na Europa, que com a Revolução Industrial constitui o mercado mundial no século XIX e impõe seu modo de produção e socialização, as suas estruturas de dominação sobre o sistema internacional que se globaliza. Então, não sei se eu falei demais, mas fui falando livremente as coisas que me vieram à cabeça a partir da provocação intelectual que vocês fizeram de abertura.

**RAM:** Eu queria comentar, talvez até para ir pensando mesmo, eu achei bem interessante a sua colocação, professor, para pensar a evolução no marxismo dentro das Relações Internacionais, com o debate do Carr com os marxistas. O professor Miguel Borba de Sá tem um trabalho em que ele analisa a participação do marxismo no

primeiro grande debate das Relações Internacionais, e como o contar da história dos grandes debates, aos poucos, foi retirando a participação marxista do debate.<sup>5</sup> Ou seja, não é o marxismo que estava ausente, ele não apareceu nos relatos desenvolvidos. Então, como pensar a questão da exclusão da participação do marxismo na disciplina de Relações Internacionais globalmente, nos Estados Unidos, no mundo anglo-saxônico, até para uma tentativa de reescrever a história?

### **PLF:**

Como eu disse, acho que a obra de referência principal para a consolidação da disciplina, e sobretudo a partir da orientação teórica predominantemente realista, é a obra do E. H. Carr. O Carr formula a sua reflexão e a sua pesquisa em diálogo com o pensamento marxista, sendo um pensador realista muito amplo, um historiador. Ele é autor de uma história monumental sobre a Revolução Russa<sup>6</sup>, publicada em 14 volumes, uma obra extremamente rica e densa. E, de fato, esse diálogo foi se perdendo.

Esse deslocamento tem duas dimensões. Uma dimensão refere-se à consolidação de uma opção teórico-metodológica realista muito menos rica do que era fornecida pelo Carr, como referência para a disciplina. E dentro dessa lógica de crescente confinamento, porque o conhecimento produzido por Carr não se encaixa dentro dessa lógica de campo especializado do conhecimento. Pelo contrário, ele era um historiador com visão ampla, experiência prática ampla, porque foi diplomata britânico na própria União Soviética. Então, isso expressou num empobrecimento da disciplina no seu fechamento

---

<sup>5</sup> Borba de Sá, M. (2018). A presença oculta do marxismo na Teoria de Relações Internacionais: Rosa Luxemburgo e o primeiro “grande debate”. *Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas*, 5(3), 5-21. <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n3p5>

<sup>6</sup> A obra de E. H. Carr intitula-se “A History of Soviet Russia” publicada em 14 tomos não traduzidos para o português. Em português é possível acessar o livro “Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929)”, publicado em 1981 pela Zahar Editores.



inicialmente. Agora, há um outro lado disso, que é a própria trajetória do pensamento e da ação política marxista no século XX. Porque, na primeira metade do século XX, os grandes teóricos do marxismo eram simultaneamente teóricos e dirigentes políticos. São os grandes nomes: Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Nikolai Bukharin, Lenin, Otto Bauer. O próprio Rudolf Hilferding, que foi ministro da Alemanha, em duas ocasiões. Eles eram formuladores e desenvolvedores da teoria, pesquisadores profundos, mas dirigentes e atores políticos.

Essa simbiose de ação teórica e política, com o tempo, foi se cindindo no próprio campo marxista. O marxismo se tornou, sobretudo na Europa e sobretudo nos países anglo-saxões, um marxismo cada vez mais acadêmico e confinado ao mundo universitário. Quando o marxismo se torna mais acadêmico no mundo anglo-saxão, isso já ocorre depois da institucionalização disciplinar das Relações Internacionais. Também há o outro lado da história, porque os grandes pensadores marxistas não eram acadêmicos. Eles eram, fundamentalmente, formuladores teóricos e dirigentes políticos. Então, esse surgimento de um marxismo acadêmico no mundo acadêmico anglo-saxão vem na sequência. Quando esses campos já estão constituídos, a brecha para a entrada do pensamento marxista na disciplina veio muito influenciada sob a chave dos temas do desenvolvimento, das teorias de desenvolvimento, como eu citei antes.

Mas, certamente, o confinamento disciplinar se deu em prejuízo de um debate mais profícuo dentro da disciplina com o próprio pensamento marxista.

**Mariana Davi Ferreira:** A segunda pergunta que elaboramos dialoga com a sua primeira resposta, principalmente no sentido das elaborações teóricas latino-americanas sobre o pensamento marxista. O objetivo é suscitar um debate sobre objetos de pesquisa. Pensando de maneira mais abrangente, quais seriam os objetos de pesquisa que hoje em dia são pesquisados dentro da área acadêmica de Relações Internacionais ou temas ligados à política internacional, que foram

estudados pelas Ciências Sociais brasileiras a partir do marxismo na segunda metade do século XX? Em outras palavras: fora da delimitação do nosso campo acadêmico, como os cientistas sociais brasileiros daquele período contribuíram para pensar temas a partir do marxismo que hoje nós, do campo, pensamos? Nesse período tivemos um amplo debate sobre desenvolvimento, desenvolvimentismo, revolução brasileira, etc.

**PLF:**

Essa reflexão é importante, porque a pergunta suscita um tema importante, ao referir-se à segunda metade do século XX. A disciplina de Relações Internacionais só se estrutura no Brasil já no final da segunda metade do século XX, fundamentalmente na década de 1990. Os dois primeiros programas de mestrado são do final dos anos 1990 e os primeiros programas de doutorado, do início dos anos 2000.

Então, na maior parte da segunda metade do século XX, houve uma reflexão marxista profunda sobre temas afetos às relações internacionais, mas não no âmbito de uma disciplina estruturada no mundo acadêmico brasileiro, voltado para o estudo das relações internacionais. Os grandes temas são variados. Desde temas da formação histórica nacional à gestação da formação econômica e social brasileira e latino-americana. Isso é um debate amplo e profundo. E como ele se relacionou com o processo de expansão do capital mercantil europeu, que tipo de relação isso engendrou nas relações da América Latina e do Brasil no período colonial com as suas respectivas metrópoles europeias, foi um tema muito discutido; como os processos de acumulação primitiva, estruturados a partir da dominação colonial da América Latina, propiciaram e foram um dos pilares de financiamento de um processo de acumulação primitiva, que leva ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, e em particular no noroeste da Europa, na Inglaterra, que toma a vanguarda desse processo.

Esses temas foram amplamente debatidos por pensadores brasileiros. Na sequência, a partir dos anos 1950, temos a reflexão

da Comissão Econômica e Política para a América Latina e Caribe (CEPAL) sobre os rumos de desenvolvimento dos países latino-americanos; quais são os entraves ao desenvolvimento desses países; a crítica à inserção subordinada dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, a partir de uma natureza de suposta vocação exportadora de bens primários, agrícolas ou minérios. Toda uma crítica é feita em diálogo entre autores marxistas e autores fundamentalmente desenvolvimentistas de orientação keynesiana. Aqui na América Latina, esses são os debates da CEPAL.

Isso depois gera todo o debate muito rico sobre dependência, sobre como situar o problema da dependência nos países latino-americanos, é um tema que vem com muita força entre os anos 1960 e início dos anos 1980. São temas de debate muito ricos e que envolveram, portanto, diferentes campos do conhecimento das ciências sociais, porque isso influenciou pensamento econômico e pesquisa econômica, pensamento social brasileiro e sociologia, formação da sociedade brasileira e história. Quer dizer, como conceber a história brasileira inserida numa evolução histórica mundial, e isso associado à gênese, à consolidação e à afirmação do capitalismo no mundo, além da unificação econômica do mundo pelo capitalismo, o papel dos países latino-americanos e do Brasil nisso. São temas que foram fortemente influenciados pelo pensamento marxista. Também há estudos sociológicos tentando determinar padrões de acumulação e geração de desigualdade nas estruturas de desigualdade nas sociedades latino-americanas e brasileira. Então, digamos assim, são campos do conhecimento que foram profundamente influenciados pelo pensamento marxista e onde a dimensão internacional sempre esteve presente. Por isso que, embora não tivesse uma disciplina de Relações Internacionais, a dimensão internacional foi sempre um fator central dessas reflexões. Tudo isso antes da estruturação da disciplina no Brasil e no restante da América Latina.

**MDF:** Pensamos na inserção esse debate porque esse é sempre um elemento de questionamento e de reflexão dos pesquisadores marxistas inseridos no campo de Relações Internacionais no Brasil hoje, sobre a possibilidade ou não de diálogo com teóricos que estão na fronteira do campo disciplinar, mas que pensaram sobre esses objetos. Assim como Lenin teorizou sobre o imperialismo no início do século XX, como pensar a dependência sem considerar autores que refletiram sobre isso durante a segunda metade do século XX?

**RAM:** Parte da nossa preocupação é buscar entender a relação das Ciências Sociais com as Relações Internacionais no Brasil, ou a falta de relação, talvez. Tem alguns acadêmicos brasileiros, por exemplo o professor Antônio Carlos Lessa, da Universidade de Brasília (UnB), que já escreveu sobre a falta do olhar para a tradição nacional na teorização das Relações Internacionais no Brasil. Ou seja, fazemos muitos trabalhos no campo acadêmico das Relações Internacionais, a partir daquilo que é produzido fora. Temos poucos trabalhos e produções a partir do nosso contexto nacional. E com isso, há pouco diálogo com as Ciências Sociais brasileiras. Isso acaba tendo um impacto no que as Relações Internacionais se tornam como campo no Brasil. Qual sua análise sobre essa situação, não só sobre as Relações Internacionais, mas também como o impacto do marxismo brasileiro nas Relações Internacionais no Brasil?

**PLF:**

Aqui, uma vez mais, podemos explorar duas dimensões nessa questão. A primeira é a formação da área disciplinar de Relações Internacionais no Brasil, que se deu a partir da formação de pesquisadores e professores brasileiros em centros de pós-graduação em Relações Internacionais, como vocês estão vivendo hoje concretamente, sobretudo nos países anglo-saxões, seja nos Estados Unidos, seja na Inglaterra.

É evidente que ao estruturar a área disciplinar de Relações Internacionais no Brasil, essa formação obtida fora fortemente marcada pela disciplinarização a que eu me referi anteriormente, acabou sendo reproduzida na estruturação da disciplina no Brasil. Essa crítica é válida e, infelizmente, expressa um traço que não é dos mais positivos na nossa formação cultural, que é uma espécie de complexo de vira-lata em que se valoriza o que vem de fora em detrimento do conhecimento gerado no próprio país. E isso ocorre quando o conhecimento gerado no próprio país, no caso, o debate latino-americano sobre desenvolvimento e dependência, no qual autores brasileiros tiveram um papel destacado e central, é reconhecido como forte influência para a evolução da disciplina nesses países [anglo-saxões].

Então, é como se nós negássemos o nosso valor e só achássemos válido a reprodução aqui do tipo de conhecimento gerado nesses centros “líderes”, digamos assim, da estruturação da disciplina de Relações Internacionais no mundo. Eu comungo dessa crítica, embora os autores e os pesquisadores que estruturaram essa área no Brasil tenham uma visão mais ampla e tenham profunda interação teórica com toda essa outra tradição de pensamento que aqui está realizada. Basta pensar os nomes da primeira geração de pesquisadores e professores de Relações Internacionais no Brasil. Em geral, todos têm uma abertura muito grande para esses temas. Não todos, mas boa parte deles tem uma abertura. Então, houve uma mimetização no primeiro momento, mas a partir da consolidação da disciplina, ela pode tomar um caminho próprio de desenvolvimento.

Nos debates que atualmente nós travamos dentro da CAPES, por meio da coordenação da área de Ciência Política e Relações Internacionais, isso tem sido uma questão muito importante. Nós conseguimos reverter uma prática de avaliação dos cursos, não só na nossa área, mas no sistema de pós-graduação como um todo, que tentava impor para a área de Ciências Sociais e para as Humanidades em geral normas de avaliação de qualidade que poderiam ser próprias

para as áreas de Ciências Exatas, mas que não se aplicam a áreas do conhecimento que têm caráter não-paradigmático.

Um exemplo disso é o chamado Qualis Periódicos: Alguns colegas insistiam que todas as áreas de conhecimento deveriam avaliar a qualidade da sua produção acadêmica baseado no impacto de publicações medido pelas bases de classificação mantidas por grupos econômicos privados internacionais, como o *Scopus* e *Web of Science* que, na verdade, tem um viés claramente direcionado a favor de periódicos dos países centrais em detrimento das revistas científicas e acadêmicas dos países em desenvolvimento. Nós conseguimos romper com essa lógica e introduzir outros fatores de avaliação das revistas: como o índice H, e diferenciação da origem nacional e regional de periódicos para valorizar a contribuição para políticas públicas, etc. Se ficássemos presos a critérios de avaliação de impacto estabelecidos por bancos indexadores privados nos quais predominam revistas dos países centrais, perderíamos autonomia para definir nossa própria agenda de pesquisa, que passaria a ser referida às agendas temáticas e orientações teórico-metodológicas predominantes nos corpos editoriais dessas revistas centrais.

Nós conseguimos incorporar agora na avaliação a dimensão de impacto econômico e social do conhecimento gerado. São mudanças que nos permitirão valorizar muito mais o conhecimento gerado aqui e as reflexões a partir de problemas para o desenvolvimento do Brasil, dos países latino-americanos e dos países em desenvolvimento, de maneira geral. É o tipo de produção de conhecimento e de avaliação de conhecimento produzido que está muito mais próximo das mudanças que estão ocorrendo no mundo, da reconfiguração da ordem mundial, dos novos polos de dinamismo e de centros de poder que vão emergindo.

Isso abre um horizonte muito amplo para a ampliação da pesquisa orientada pela teoria marxista dentro da disciplina de Relações Internacionais no Brasil. Mas para que isso seja feito, essa é uma segunda observação que eu queria fazer, é muito importante que

a opção teórica pelo marxismo não seja uma opção dogmática. Não é contrapor uma opção escolástica pela teoria marxista em relação a outras opções escolásticas, como se fossem sistemas fechados. A relevância da teoria marxista se materializa na sua capacidade para conhecer e interpretar problemas cruciais que se apresentam para o desenvolvimento do Brasil e da América Latina. Análises concretas de situações concretas, com a teoria iluminando as análises desenvolvidas. Não pode haver fechamento teórico, não se trata de um pensamento dogmático. É uma teoria que ilumina a pesquisa e que pode ser enriquecida também pelo diálogo com outras orientações teóricas. Há um campo amplo de aproximação, de convergência, de reflexões que se originam da teoria marxista com reflexões desenvolvidas por autores com outras filiações teórico-metodológicas.

Em suma, é muito importante que os marxistas que atuam na área de Relações Internacionais não façam uma opção dogmática e fechada pela própria teoria marxista, o que entraria em contradição com sua própria natureza materialista e dialética. É necessário ver a teoria como recurso heurístico para compreender a realidade. Em primeiro lugar, voltado para a pesquisa empírica e não apenas formulações ideológicas abstratas, que não substituem a pesquisa científica. A ideologia embasa a pesquisa científica, mas ela em si não é ciência. Não se enfrenta desafios da produção do conhecimento com simples validação ideológica. Isso é um pensamento dogmático. Segundo, é fundamental que os marxistas se mantenham abertos para o diálogo com outros campos e tradições de pensamento na disciplina, porque há vários campos em que a convergência pode enriquecer o conhecimento gerado. Essas são as duas dimensões que eu queria destacar.

**RAM:** Qual a diferença do lugar do marxismo no campo acadêmico de Relações Internacionais no Brasil e no campo acadêmico de Relações Internacionais em outros países e centros de pesquisa do mundo? Há diferenças qualitativas do marxismo das Relações Internacionais no Brasil comparado a outros países? Pensando a

formação acadêmica, qual a sua avaliação do contato que os centros têm, na graduação e na pós-graduação, com a teoria marxista e com uma formação metodológica em métodos marxistas?

**MDF:** É fundamental olharmos para o lugar do marxismo no campo acadêmico das RI no Brasil e no mundo no momento em que estamos. Então, qual seria o lugar do marxismo nas pesquisas de Relações Internacionais hoje, considerando as pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação em Relações Internacionais, e também as associações nas quais nós, pesquisadores e pesquisadores, já estamos presentes, como a ABRI, a ABCP e a ANPOCS? Na sua avaliação, ainda existem barreiras ou há mais abertura para as pesquisas que utilizam a perspectiva marxista no campo das Relações Internacionais?

**PLF:**

Toda orientação teórica tem uma vocação que se pretende universal. Do ponto de vista teórico-metodológico, a proposição é gerar conhecimento de validade universal. Nesse campo, não haveria uma especificidade que diferenciaria teórica e metodologicamente o pensamento marxista no Brasil e na América Latina, do pensamento marxista de maneira mais ampla. Agora, a aplicação desse instrumental teórico-metodológico para a escolha de objetos de pesquisa é variada, conforme a realidade, evidentemente, os países colocam diferentes temas e diferentes pesos e prioridades na agenda de pesquisa.

É claro que, para um país como o Brasil, temas relacionados à perspectiva de desenvolvimento, relações de dependência, como lidar com estruturas de poder que se tornam obstáculos ao desenvolvimento do Brasil, como lidar com os mecanismos de produção e reprodução da desigualdade no país e no mundo, são fundamentais. Esses temas ganham relevância na agenda de pesquisa, a partir da ótica de um país em condição de dependência, situado na semiperiferia ou na periferia do sistema internacional e da economia capitalista global.



Isso tem desdobramentos variados. Por exemplo, temos temas como desenvolvimento em geral, cooperação internacional para o desenvolvimento, obstáculos ao desenvolvimento do Brasil na América Latina. Mas ele pode se desdobrar em análises concretas, situações e proposições concretas na área de saúde pública, como é possível lidar com a dependência revelada na pandemia em termos de capacidade de estruturas para a saúde pública. No que tange à questão energética, os temas referentes a mudanças climáticas, transição ecológica e como a opção tecnológica por energias baseadas em combustíveis fósseis está na origem do aquecimento global, mas também está na origem das assimetrias profundas que marcam o sistema internacional moderno por ter sido a fonte energética da revolução industrial que constituiu a economia capitalista mundial no Século 19.

São temas com variadas aplicações: como dependência tecnológica, como barreiras ao desenvolvimento tecnológico nacional, seja via estruturas de propriedade intelectual, seja via barreiras explícitas, como o cerceamento da transferência e desenvolvimento de tecnologias de uso dual, onde há um *apartheid* tecnológico para impedir que países em desenvolvimento, no caso o Brasil e demais países latino-americanos, possam se desenvolver. A agenda de pesquisa no Brasil pode ser diferente da agenda de pesquisa de um autor marxista que tem atuação acadêmica no campo disciplinar das Relações Internacionais em um país central. Tende a haver diferenciação na definição e abordagem dos temas prioritários da agenda de pesquisa.

Uma diferença fundamental, a qual eu já me referi antes, é o fato das forças de esquerda, aqui, terem presença, atuação e legitimidade políticas mais ampla do que nos países originários da disciplina, sobretudo nos países anglo-saxões. Nestes, as forças de esquerda têm impacto político mais marginal, e quando têm algum impacto, tendem a se apresentar em formato social-democrata mais diluído e limitado, entrelaçado com proposições macroeconômicas de orientação liberal.

No Brasil e na América Latina, a diferença é que temos uma esquerda com muita presença política, e isso influencia o ambiente

acadêmico. Em função disso e em função do reconhecimento mais amplo de que a pluralidade de paradigmas é algo a ser preservada e defendida, há a abertura de espaço político-institucional para uma influência e uma presença maior de autores de filiação marxista ou que se referenciam na teoria marxista dentro da academia. Há mais espaço aqui para uma reflexão desse tipo do que nos países anglo-saxões, onde a disciplina se originou.

Desse ponto de vista, concluo dizendo que irrigar, portanto, a disciplina com uma vasta e rica tradição de reflexão marxista - que já existia nos países latino-americanos e no Brasil, antes da própria disciplina de Relações Internacionais se estruturar por aqui - pode ser muito rico. Resgatar essa tradição e trazer para a disciplina reflexões sobre dependência, desenvolvimento, geopolítica, que se originam da tradição marxista, é fundamental. O pensamento marxista tem muito a oferecer, por exemplo, para a compreensão dos determinantes da transição em curso na correlação de forças no sistema internacional. A chave teórica do “Desenvolvimento Desigual” formulada originalmente por Lênin, mas resgatado por autores clássicos de EPI na disciplina como Robert Gilpin, permite compreender a perda de dinamismo produtivo dos países capitalistas centrais sob o impacto do rentismo do capital financeiro e dos processos de financeirização, e as reconfigurações geopolíticas dela resultantes. A incorporação dessa chave teórica aos debates disciplinares sobre a transição na ordem mundial é uma contribuição importante do pensamento marxista, que pode ser enriquecida pelo diálogo e a convergência com outras tradições que pensam desenvolvimento nacional no Brasil e na América Latina.

#### **PLF:**

Concluo com uma nota pessoal. Entendo que a minha própria trajetória individual expressa a potencial influência que um pensamento de inspiração marxista pode ter na evolução do campo disciplinar de RI no Brasil e na formulação de uma agenda de políticas públicas orientada para o desenvolvimento nacional e regional, desde que

mantenha uma perspectiva aberta e em permanente diálogo com outras tradições de pensamento e pesquisa. Partindo dessa filiação teórica explícita, exerci funções centrais na governança do sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Fui Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Presidente da FINEP e Diretor Científico da FAPERJ. Do ponto de vista político-institucional acadêmico, fui coordenador da área de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES, bem como membro do seu Conselho Técnico-Científico (CTC) e Conselho Superior. Seria difícil imaginar um pesquisador com esse perfil ocupar posições semelhantes nos Estados Unidos ou na Inglaterra, por exemplo, já que vocês dois estão aí.

Entendo isso como fruto de um contexto em que a relevância política de forças de esquerda abre espaços acadêmicos e de governo para pesquisadores de inspiração marxista. Não é uma realidade exclusivamente brasileira ou latino-americana, mas que ganhou força aqui pelo papel político que essas forças desempenharam na resistência aos regimes ditatoriais e na transição para a democracia na região, ao que seguiram duas ondas sucessivas de eleição de governos progressistas de esquerda ou centro-esquerda no continente no Século 21.

Eu agradeço a entrevista e me coloco à disposição para seguir e aprofundar o nosso diálogo. Será um prazer.

**RAM:** Foi um prazer, professor. Muito obrigado pelo seu tempo, pela sua participação.

**MDF:** Professor, só para agradecer e dizer que continuamos em diálogo.

**PLF:** Muito obrigado a vocês.